

CONTINENTES. EVOLUÇÕES POLÍTICAS NA AMÉRICA DO SUL. UM ENSAIO.

Pedro P Geiger, pesquisador associado ao LAGET, Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, rua Paissandu 159 co-01, Rio de Janeiro, RJ, 22210-080, Brasil. pgeiger@pcrj.rj.gov.br e annabellageiger@yahoo.com.br

Introdução.

Fosse utilizado o termo continente no começo do século XX e se pensaria num estudo que abrisse grande espaço para a sua geografia física. Desde os meados do século XX, porém, a referência à escala continental vem sendo utilizada crescentemente no discurso político e da ciência social. Episódio marcante desta evolução foi a criação da União Européia, a qual pertencem, na atualidade, quase todos os países europeus, com exceção dos nórdicos e membros da antiga União Soviética.

No entanto, a história das Américas já vinha ilustrando um conjunto de países ligados entre si numa escala continental, numa forma que sugeria o caminhar articulado para um destino comum. É verdade, que, de um lado, laços entre grupos formados por estes países vêm se estreitando, como na formação do NAFTA, ou do MERCOSUL. No entanto, de outro lado, observa-se um desenvolvimento oposto, o que expõe profundos movimentos divergentes, afastando entre si blocos de países americanos.

Particularidades físicas e históricas do continente americano.

O continente americano é dividido em duas grandes porções de terras emersas, bem separadas, uma localizada no hemisfério norte, a outra, majoritariamente, no hemisfério sul.

No que diz respeito ao quadro físico sul americano, trata-se do continente mais afastado de outras terras emersas e o segundo menor em tamanho, depois da Austrália, com em torno de 12.000.000 de

quilômetros quadrados apenas. Beethoven teria se referido a uma elegância perceptível no desenho do contorno deste continente no mapa do mundo. A inclinação do eixo da Terra em relação a seu movimento de translação fez as massas continentais deslizarem na direção do pólo norte, e tendendo a se afilarem para o Sul. De modo que as terras emersas são bem mais extensas no hemisfério norte do que no hemisfério sul. A América do Sul é o continente com a forma mais afilada e o mais localizado para o Sul. O que faz da América do Sul o mais isolado, separado da Eurásia e da África pelos dois maiores Oceanos. Esta figura, elegante e sensual, da América do Sul se localiza num quadro pictórico maior. A forma circular do Pacífico e a forma em esse do Atlântico, completam uma paisagem cartográfica que vai ao encontro da idéia de que a Estética possui as suas raízes na fruição da natureza.

Um longo e estreito istmo estabelece a ligação terrestre com a América do Norte, cuja área é quase o dobro. Como a América do Sul, o continente setentrional tem a forma triangular e afilada para o sul, o que confere nítida individualidade para cada uma destas massas terrestres. A forma geral dos continentes, afilando para o sul é resultante do deslocamento, em tempos geológicos, das massas continentais. No entanto, o formato triangular é muito nítido no caso das duas Américas, assim como para a África.

Se bem que América do Norte e América do Sul sejam, fisicamente, duas massas emersas bem individualizadas, contudo, tanto em termos da geografia física, quanto em termos de sua história apresentam fortes aspectos comuns, marcados por sincronismos.

Os quadros geomorfológicos são extremamente semelhantes. Ambos, os continentes, apresentam escudos antigos e relevos apalachianos a leste, elevadas cadeias de dobramentos, como Andes e Montanhas Rochosas, a oeste, e grandes depressões, com planícies aluviais, como as das bacias do Mississipi, Amazonas e Paraná/Paraguai, nas partes centrais.

Paralelamente a estas semelhanças, movimentos sincrônicos marcaram o processo social do continente localizado no chamado hemisfério ocidental. As Américas eram praticamente desconhecidas para os europeus até os grandes descobrimentos do fim do século XV. A partir daí, ambas passaram a ser o alvo de uma colonização europeia simultânea que se impôs às populações autóctones que aí existiam. Ao final do século XVIII e começo do século XIX, os descendentes da colonização europeia promoveram a independência política de quase todos os territórios que compunham os dois continentes. Em ambos os continentes, a colonização também tinha promovido a introdução forçada de população de origem africana, em condições de escravatura. Durante o século XIX, nos dois maiores países, já independentes, Estados Unidos e Brasil, a questão da escravidão assume grande importância política, provocando inclusive sangrenta guerra civil no país do norte. A escravidão institucionalizada acabou sendo erradicada das Américas. (A questão da igualdade racial e da integração das populações de origem pré-colombiana seguiu por desenvolvimentos distintos, segundo os diversos países, e se apresenta ainda como uma questão social e política).

Eventos sociais e políticos, como a independência e a abolição de escravatura continham, naturalmente, motivações de natureza econômica e ideológica. Em relação ao movimento ideológico, a literatura fala da ruptura que o cruzamento do Atlântico significava para os europeus que migravam para as Américas. Este cruzamento lhes transmitia uma sensação de exílio, e/ou trazia a idéia de um rompimento com as estruturas sociais arcaicas e a procura de um quadro de novas relações sociais. No caso da translação dos puritanos para a Nova Inglaterra, como se sabe, havia um pensamento explícito voltado nesta direção e raiz da chamada Revolução Americana.

Por outro lado, o movimento no sentido da construção de um Novo Mundo não invalidou a manutenção de laços dos grupos dominantes da

América com a Europa. Nem impediu a manutenção das transações culturais com o continente de origem e de línguas comuns. O movimento constante de correntes migratórias da Europa para a América atendia a estas relações o que deixava a América aberta ao sopro de ideologias vindas daquele continente. Embora estas fossem sendo ajustadas aos novos ambientes. No Brasil, por exemplo, o movimento de independência que finalmente se afirmou em 1822, foi influenciado pela maçonaria e pelas idéias das revoluções francesa e americana. (Prado Júnior. 1953 e 1956).

. A ausência histórica de raízes de uma classe aristocrática dominante, o papel da imigração de gente comum para a formação das diversas nações, a presença de amplos espaços geográficos abertos para novas construções, entre outros aspectos caracterizariam a formação de um Novo Mundo e de uma idéia de um destino comum.

A idéia da América como uma criação humana nova fez surgir frases como a de que “na América a geografia substitui a história”. (Conrad, 1980). Com efeito, se é tomada, por exemplo, a questão da identidade nacional nos países americanos tornados independentes, ver-se-á que ela é definida pelo lugar do nascimento, e não por laços etnográficos ou de sangue, como era feito no Velho Continente. Na América, além dos povos indígenas, não havia grupos que pudessem se apresentar como donos históricos dos territórios. Cada nação americana em formação foi recebendo, em maior ou menor número, migrantes provenientes de todas as partes do mundo. Não será de estranhar, pois, que a coerção étnica sobre os indivíduos tenha enfraquecido na América, que as separações de classe tenham se tornado menos rígidas, que nos Estados Unidos tenha surgido a expressão do *self made man*, que o transculturalismo e o transnacionalismo tenham suas raízes na América.

No entanto, diferenças enormes foram sendo aprofundadas ao longo da evolução das diversas regiões americanas. Elas se relacionavam, por exemplo, às influências exercidas por origens de

metrópoles de culturas distintas. Este fato rebateu no papel, maior ou menor, que iriam assumir as instituições estatais, ou os empreendimentos privados, na economia de cada região, durante a época colonial, e depois. Etc.

No entanto, até os anos 30, esta diferenciação não impediu que, mesmo no plano político, a comunalidade que se estabelecera nas Américas tivesse dado origem a movimentos orquestrados, depois que os seus países se tornaram independentes. Primeiro a doutrina Monroe, no século XIX, que trazia embutida a idéia da descolonização política. Já no fim daquele século se realizaram as primeiras conferências pan-americanas, reunindo os Estados Unidos e algumas repúblicas latino-americanas. O teor destas conferências era o de articular as políticas dos participantes e superar conflitos entre os mesmos. Temeroso das idéias republicanas, os monarquistas brasileiros ficaram de fora destes encontros. Com a República, em 1889, o Brasil passou a participar destas conferências. (Santos, 2003).

O sentimento pan americano se manifestou na tendência à intervenção da comunidade de países para impedir conflitos armados entre vizinhos. No século XX, intervenções se deram para por fim à 'guerra do Chaco', entre Paraguai e Bolívia e à guerra entre o Peru e o Equador por áreas amazônicas. A solidariedade continental ainda apareceu forte quando os Estados Unidos foram atacados em Pearl Harbor, em 7 de dezembro de 1941, e que deu margem ao Tratado do Rio de Janeiro. Este Tratado afirmava a solidariedade continental americana. Ela também se expressou na criação da Organização dos Estados Americanos, OEA, com sede em Washington, um órgão destinado a servir de local de articulações políticas e de gestão do território americano. O Instituto Pan Americano de Geografia criado na estrutura da OEA é particularmente importante para a coordenação de trabalhos de Geodésica para o continente.

No entanto, já em 1941, a Argentina se recusara a oferecer apoio à guerra contra o Eixo, influenciada pela disseminação fascista. (Em consequência, os Estados Unidos barraram a entrada imediata da Argentina quando da criação das Nações Unidas, razão pela qual, o Brasil, então o primeiro por ordem alfabética, é o que abre, até hoje, as sessões anuais daquele órgão). Depois da crise da Grande Depressão de 1929, a América do Sul passou a ser palco da propagação das novas ideologias que se enfrentavam na Europa.

O aprofundamento de movimentos divergentes.

O quadro descrito anteriormente não ignora conflitos que existiram entre os diversos países das Américas, como a Guerra do Paraguai, as guerras que travou o Chile com o Peru e com a Bolívia, ou o avanço yankee sobre o Novo México e a Califórnia. Acima destes conflitos intestinos havia, porém, como que uma capa ideológica de americanismo, de solidariedade frente ao resto do mundo. É este formato que começa a se transformar nos anos 30 e se está acentuando neste começo do século XXI.

Este movimento divergente se insere nos grandes movimentos político ideológicos em escala global e tem, como centro, um confronto de correntes de opinião latino-americana com o poder norte americano. Ele possui nas suas raízes duas fontes importantes. .

Uma deles diz respeito à diferenciação crescente que se estabeleceu, desde os meados do século XIX, entre o desenvolvimento norte americano e os países latino-americanos. Já antes da Segunda Grande Guerra os Estados Unidos, não apenas formam parte do Centro capitalista, como se constitui no único país dotado de uma economia nacional capitalista industrial avançada em escala continental. Enquanto isto, os países da América Latina figuram como países subdesenvolvidos, ou países em desenvolvimento, fazendo surgir idéias dualistas, como a

‘teoria da dependência’ que creditam o subdesenvolvimento exclusivamente à atuação dos países do Centro (Oliveira, 2003).

Outra fonte, ligada à primeira, se encontra na difusão, a partir da Europa, das diversas formas de ideologias anti-sistêmicas. Não que estas ideologias tivessem se desenvolvido explicitamente em nome de interesses nacionais periféricos. A bandeira do comunismo, na Rússia é erguida em nome de uma luta de classes, internacional. A bandeira do nazismo é levantada em nome da disputa hegemônica, para colocar a Alemanha na frente do sistema colonial, através de novo modelo de organização social.

O Velho Continente assistira ao nascer do ‘socialismo científico’, em meados do século XVIII, seguido de intensas polêmicas e conflitos quanto à instalação de um regime que eliminasse o capitalismo e as classes. A crise da Primeira Guerra Mundial deu margem à instalação da antiga União Soviética, onde logo surgiram confrontos internos, como a estabelecida entre trotsquistas e stalinistas.

Logo após a Primeira Guerra, surgiu também um movimento oportunista para a tomada do poder, que utilizou a contaminação da ideologia socialista. O projeto da Internacional, embutido no socialismo, assim como a prática ateísta, vinha sendo um forte obstáculo entre as massas, para a sua adesão. Surgiu então o híbrido do nacionalismo/socialismo, como instrumento político para a tomada do poder pelos fascistas. A grande depressão do final dos anos 20 ajudou o avanço fascista na Europa, o esforço armamentista e militarista tendo ajudado a retomada econômica alemã. (Enquanto as idéias keynesianas aplicadas no New Deal, ajudaram o retomado norte americano).

As afirmações nacionais conseguidas pela Alemanha nazista e pelos países do Eixo, até que eles fossem derrotados na Segunda Grande Guerra, produziram uma aura em países subdesenvolvidos, em torno de regimes autoritários e da instalação de capitalismo de Estado. A admiração crescia quando a implantação de regimes estatizantes

produzia resultados econômicos, como o avanço da urbanização e industrialização promovido no Brasil, pela ditadura Vargas

Nos Estados Unidos, a superação da Grande Depressão, a vitória na Segunda Guerra e a afirmação crescente do país no concerto mundial, junto com a força ideológica contida na Revolução Americana, fonte da forte sociedade civil e de sua democracia liberal, serviu de barragem ao crescimento de forças autoritárias, estatizantes e antidemocráticas. No entanto, mudanças lentas, mas, sensíveis, vêm sendo observadas na evolução do ambiente sócio-político norte-americano. Uma etapa importante foi marcada pela conquista plena dos direitos civis pela população de cor. Depois da guerra do Vietnam cresce paulatinamente o chamado marxismo ocidental na Academia universitária. Nas eleições de 2006, pela primeira vez foi eleito para a Câmara de Representantes (deputados) um confesso membro socialista. Ao mesmo tempo, o poder federal se afirma mais, enquanto os Estados Unidos lideram, no planeta, a globalização, no cosmos, a exploração espacial.

. . Na América Latina, no entanto, as tensões provocadas pelo subdesenvolvimento expunham os países à propagação das idéias radicais, anti-sistêmicas, provenientes da Europa. Inicialmente, as classes dominantes se inclinaram pelas ideologias de cunho fascista, uma vez que estas não ameaçavam sua permanência e a detenção de seus meios de produção. O estatismo passou a ser visto, inclusive, como forma de enlace de interesses públicos e do capital privado. Ferozes perseguições foram impostas aos seguidores do “fantasma que ameaçava varrer a Europa”.

Assim, no começo da Segunda Grande Guerra, os regimes de direita autoritária instalados na Argentina e no Brasil optaram pelo partido do Eixo, prevendo sua vitória. Contudo, a entrada dos Estados Unidos na guerra e a vitória dos Aliados, cortando o avanço fascista na América do Sul, anima os setores de democratas liberais e os seguidores da outra corrente radical, a comunista. .

Como resultado da vitória na guerra, os Estados Unidos vão se envolvendo cada vez mais nos negócios mundiais, o que, por si só, já representa um afastamento relativo da América do Sul. Um envolvimento que não é apenas político, mas, também econômico. Vozes latinas se queixarão da ausência de um plano, como o Marshall, para o desenvolvimento da América Latina (naturalmente, passando por cima de questões como níveis de força da participação empresarial, níveis de corrupção, etc.) A partir da década de 70/80 surge outro aspecto, a América do Sul que era o continente receptor da maior parte dos investimentos provenientes dos países capitalistas do centro, vai perdendo a primazia para os ‘tigres asiáticos’ e a China.

Estes processos acompanham o desenrolar da chamada globalização, para a qual os Estados Unidos aparecem como o principal foco de irradiação. A globalização significa a transformação de um sistema mundial formado de países capitalistas em um sistema mundial capitalista formado de países (Scott, 1998). Entre outros aspectos, a globalização se caracteriza pelo crescente lugar ocupado pela produção e consumo do departamento de bens capitalistas (Kalecki, 1976), assim como pela expansão da nova classe formada pelos gestores do capital. A classe dos capitalistas-assalariados é formada pelos executivos das corporações privadas e pelos altos quadros das empresas estatais.

Um aspecto na evolução da globalização foi a formação de blocos de países em mercado comum, um passo na formação de entidades políticas em escala continental. Entre os mesmos se alinha o caso do Mercosul agora seguido da tendência de formação da Comunidade de Nações da América do Sul.

Neste movimento da globalização, os Estados Unidos foram se destacando com a posição hegemônica militar e com o domínio nas explorações cósmicas. No entanto, para que todos estes fatos, acima narrados, ocorressem, foram necessários dois acontecimentos prévios,

em escala mundial. O primeiro foi a extinção do sistema político colonial, iniciado há 500 anos. Para este fim observou-se uma cooperação americano/soviética. Momento emblemático desta convergência foi a intervenção das duas potências, em 1956, para impedir a retomada do canal de Suez pela Inglaterra e França. O segundo acontecimento diz respeito ao fim da 'guerra fria' seguido da dissolução da antiga URSS.

Estes desenvolvimentos econômicos e políticos que começam a se revelar desde o fim da Segunda Grande Guerra, carregam em si, novas formas de manifestações ideológicas. Como de costume, observa-se, também, a freqüência no divórcio entre os enunciados verbais proclamados pelos agenciamentos que adotam os diversos princípios ideológicos e as práticas que realizam.

A globalização introduziu um novo formato de internacionalização tendo o seu instrumental cibernético à frente. Pensando o passado, é realmente impressionante que, já nos idos dos meados do século XIX, quando não existia Informática e Internet, nem indivíduos vivenciando formalmente identidades multinacionais, visionários tenham pensado na utopia de um mundo sem fronteiras estatais.

Em oposição ao quadro de acumulação de forças de globalização e de hegemonia norte americana, passou a se desenvolver um movimento que se lhe apresenta como sendo antagônico, invocando razões anticapitalistas, de preservação de identidades nacionais, e outras. É comum, no entanto, descobrir que, na realidade, grande parte deste movimento expressa forma estratégica de interesses nacionais direcionados para assumir posições melhores no jogo competitivo da política mundial. A contradição aparece, por exemplo, em certos debates sobre a criação de mercados comuns de países. De um lado, o processo é apresentado como a serviço do capitalismo e da globalização. De outro lado, a criação do Mercosul é apresentada como um ato defensivo frente a pretensões de outros blocos, ou, por outros blocos. (Pinheiro Guimarães, 2005).

Três fontes de motivações para os movimentos contra a globalização que brotam na periferia do capitalismo são apresentadas.

Uma delas se refere a um passado de movimento comunista e que emite sinais anti globalizantes, já que, esta se realiza nos termos da economia de mercado. Vale recordar que entre os aspectos que conduziram à falência da antiga União Soviética inclui-se a sua incapacidade de transformar a sua industrialização e urbanização na criação de uma sociedade civil aberta, e o fato de ter utilizado a ideologia do socialismo como um instrumento de implantações de natureza hegemônica (Matustik, 1993).

A contaminação do comunismo russo por autoritarismo e nacionalismo cresceu junto com o desenvolvimento do stalinismo. Durante a Segunda Grande Guerra, Stalin se viu obrigado a chamá-la de “guerra patriótica” e prover um hino nacional, que até então, era a ‘Internacional’. Desde então, e com o fim da URSS, o conteúdo do socialismo comunista foi se alterando e variando de país a país. Inclusive a sua base de materialismo histórico perdeu relevância, a ideologia passando a ser esposada por setores do clero.

O fato é que, durante a segunda metade do século XX, novos movimentos de hibridismo e mimetismo passam a envolver as ideologias que existiam desde antes da Guerra. Com a derrota do fascismo, com o avanço generalizado dos direitos civis por amplos espaços do globo, ninguém ousa assumir o rótulo de fascista, poucos, de direitista. A não ser em países de fortes tradições passadas e vivendo problemas relacionados à grande imigração estrangeira, é raro encontrar partidos que se digam de direita. Podem aceitar serem declarados de ficar relativamente à direita dos outros. Deste modo, a história de autoritarismo estatismo e nacionalismo, que foi comum a regimes comunistas e fascistas, facilitou a mimetização, com a colagem de rótulos socialistas esquerdistas sobre posturas de direita e mesmo fascistas.

A criação desta ambigüidade vem se acentuando, dados os interesses comuns de setores originados da esquerda e da direita frente à globalização. Uma segunda fonte de oposição à globalização, na verdade mais dirigida contra os Estados Unidos, se encontra então em movimentos nacionalistas localizados nos países periféricos ao centro capitalista. Estes movimentos contam com raízes históricas de um passado recente. Incorporam as posições dualistas anteriormente mencionadas, de certa forma, minimizando os fatores domésticos do subdesenvolvimento e da desigualdade e maximizando o papel da força exploradora externa. Nos países em fase de emergência para o desenvolvimento, setores burgueses e empresariais nacionais passam a dar suporte às classes populares que engrossam os movimentos anti-sistêmicos, e que servem a propósitos de competição por mercados. Nos países emergentes mais avançados, como no Brasil, onde os setores empresarial e burguês já assumiram dimensão apreciável, e onde a ampla camada de capitalistas assalariados compreende, também, grande quadro de dirigentes e técnicos de empresas e serviços estatais, esta convergência tem crescido. Naturalmente, um processo destes compreende um *trade off* praticado pelos setores capitalistas locais, no qual se medem ganhos e perdas a serem contabilizados e as possibilidades de sobrevivência quando de mudanças profundas do regime político. (Jogo semelhante fora realizado pela burguesia alemã frente ao hitlerismo).

Uma terceira e nova força vem se alinhando no espaço periférico, e se caracteriza pela sua busca das antigas fontes religiosas. Com ela se desenha um novo cenário mundial que apresenta regiões onde a religião exhibe toda sua força, as castas clericais assumindo o poder estatal, particularmente em países de domínio islâmico.

No caso do fundamentalismo islâmico, sua rejeição da globalização compreende a repulsa aos ganhos da secularização modernista, dos valores trazidos pelo iluminismo e pelo racionalismo, ao

longo da história do capitalismo. A rigor, em termos doutrinários, o islamismo fundamentalista não pode ser apenas defensivo, senão como estratégia. Na atualidade, seu objetivo declarado é manter o domínio islâmico sobre a Ásia Menor e o Oriente Médio, erradicar qualquer poder que não o aceite como religião oficial. É o conteúdo doutrinário ativo do fundamentalismo um argumento dos que se preocupam com futuros grandes confrontos mundiais de natureza religiosa

Esta é uma nova característica dos tempos atuais, um forte retorno da instância religiosa no centro do processo político mundial. Por outro lado, a entrada do fundamentalismo islâmico no jogo de articulações de uma frente antiamericana e contra 'esta globalização' amplia as ambigüidades quanto ao verdadeiro sentido político e ideológico de tal frente. Fica difícil discernir o que é direita e o que é esquerda num encontro de Chavez com o presidente do Irã.

Esta narrativa necessita, porém, ser acrescida de outros importantes fatos. Primeiro ela precisa ser lembrada que as doutrinas, por si só, não decidem os movimentos do mundo, devem ter o apoio de fortes fundamentos econômicos e sociais. Segundo, ela necessita introduzir dois outros processos em andamento e que engendram conseqüências mundiais.

Um deles se refere à difusão de movimentos neomarxistas e pós-modernistas nas áreas acadêmicas dos próprios países centrais do capitalismo e que mantêm a tradição marxista da crítica permanente. Esta tendência cresceu nos Estados Unidos com a guerra do Vietnam. A experiência de fracassos recentes do 'socialismo real' torna este movimento mais cauteloso quanto a proposições de novos formatos completos para uma nova organização social. Chegou a haver um momento em que se falou da introdução de uma 'terceira via' (Giddens, 2000), porém, a proposição não chegou a receber uma configuração total, formal.

Em termos políticos, assiste-se nos Estados Unidos a uma maior abertura da sociedade para posicionamentos de cunho socialista. Nas eleições de 2006, pela primeira vez a Câmara dos Representantes (deputados), viu a eleição de um membro abertamente declarado de socialista.

Outro fato importante tem a ver com a impressionante experiência chinesa que abarca cerca de um quinto da população mundial. De certa forma, trata-se já da realização prática de uma terceira via, e sua proposição de um híbrido, a 'economia de mercado socialista' (Zemin, 2002).

Aparentemente, a China segue a teoria de Poulantzas, de que um regime burguês pode abrir mão de ganhos econômicos, mas não do pluripartidarismo. Assim, a China aparece, internamente, com um partido único, comunista, mas, externamente ela se torna um membro vigoroso da globalização. Neste sentido a China segue por um caminho totalmente diferente da antiga URSS, aderindo à economia de mercado e relações econômicas intensas com o mundo da globalização capitalista, propiciando uma intensa mobilidade social, embora ainda controlando migrações internas e taxas de natalidade. Aparentemente estabeleceu-se maior separação entre o processo partidário e a gestão da estrutura estatal e empresarial, não se deu curso a expurgos sangrentos. Por outro lado tem se a impressão que a China caminha, lenta e gradual, para uma abertura constante da sociedade, o que pode significar uma tendência de implantação futura de uma nova forma democrática, sem o modelo clássico de partidos.

Independente do futuro do processo político chinês, o fato é que o desenvolvimento econômico e social daquele país já se constitui num elemento que confere um novo sentido para toda a região leste da Ásia, Japão inclusive. Este é mais um cenário do novo significado que os continentes vão assumindo.

O cenário sul americano atual.

Retornando à situação particular da América do Sul, verifica-se, presentemente, a elaboração de um novo quadro político. Um processo que se segue a duas fases anteriores que ocuparam quatro décadas. A primeira destas fases foi marcada pela instauração de regimes militares nos países do continente. A segunda, a partir dos anos 80, compreendeu o retorno à democracia e ao 'estado de direito'.

A participação soviética como aliada na Segunda Guerra, seguida da vitória da revolução chinesa, animou as esquerdas em todo o mundo, e assustou, muito, as oligarquias sul americanas que se encontravam sob a pressão por 'reformas de base', de natureza social e institucional. Por outro lado, os norte americanos, vivendo a 'guerra fria', ficaram mais temerosos, depois da revolução cubana, quanto a novos avanços de partidários da antiga União Soviética e da, então vitoriosa, revolução chinesa. Desta convergência de interesses resultou a instalação de regimes autoritários de direita, em quase todos os países da América do Sul, com o apoio norte americano. Deste modo, a redemocratização que fora iniciada ao fim da Segunda Grande Guerra, no Brasil, na Argentina, foi interrompida por governos militares.

No caso brasileiro, se de um lado o regime militar cerceou as liberdades individuais, censurou, e torturou seus opositores, de outro lado, conseguiu recompor e manter, por anos, através de modernizações, o ciclo da Industrialização por Substituição de Importações. Mesmo que o formato geral da estrutura social não fosse alterado, tendo sido mantidas as grandes desigualdades da renda e a exclusão de amplas massas populares da vida formal, no entanto, o crescimento econômico não deixou de causar importantes alterações no quadro social.

Às vésperas do golpe militar, em 1960, a taxa da urbanização brasileira era de apenas 46,0%. Em 1980, ao término do regime militar, se

situava nos 70%. O Brasil fora colocado num novo patamar econômico e social. Em termos absolutos, ampliou-se o tamanho da sua burguesia industrial e o da classe dos capitalistas assalariados ocupados em grandes empresas privadas, nacionais e estrangeiras, e na burocracia e empresas estatais. Cresceu o tamanho da classe média, a média de anos de escolaridade da população adulta, e o de muitas outras variáveis positivas.

Todos estes fatos alimentavam um crescimento da sociedade civil frente aos militares. Nela se misturavam desejos por um crescimento continuado e vontades por mais liberdades. A permanência de um regime militar começava a se tornar inaceitável, principalmente quando este mostrava o esgotamento da sua capacidade de reprodução de altas taxas de acumulação. Paralelamente, a necessidade de reformas que provocassem a inclusão de maiores massas da população crescia na consciência de maior número de pessoas, inclusive na classe dominante, sob o efeito do avanço dos sistemas de comunicação.

O esgotamento do modelo tinha uma de suas fontes no desencontro crescente da concepção do país autárquico, mantido pelos militares nacionalistas, apesar destes terem aceitado a entrada do capital estrangeiro, com o avanço da globalização. Quando o regime militar caiu em 1984, os fluxos internacionais de capital já tinham elegido a Ásia Oriental como a região de sua preferência. A IBM, por exemplo, desativou o seu centro de R&D que instalara no Rio de Janeiro enquanto se expandia na China. (O seu setor de produção de PC's acabou sendo comprado por uma empresa chinesa).

Note-se que os regimes militares eram conflitantes entre si, colaboravam apenas na perseguição a seus opositores. A usina hidrelétrica de Itaipu demorou a sair do papel, por oposição da Argentina. O Chile de Pinochet esteve à beira da guerra com a Argentina, por disputa sobre o canal de Beagle. Um quadro não condizente com as exigências da globalização por cooperações econômicas transnacionais.

Instalada a redemocratização no Brasil, manteve-se um rancor, entre massas da população, pelo papel americano na implantação do regime militar, visto como intervenção. Por outro lado, a incapacidade da retomada de altas taxas de crescimento econômico de forma contínua, situação que deu origem à expressão de ‘décadas perdidas” para as de 80 e 90, contribuía para o crescimento de sentimentos anti-sistêmicos. A divisão de opiniões se manifestava em discursos que atribuíam a crise, de um lado, à ausência de reformas institucionais que sustentassem a expansão do capital privado e a melhor inserção do país na globalização, de outro lado, justamente, ao afrouxamento do papel do Estado na economia e à abertura para a globalização. Em comum, a necessidade de atenuar as grandes desigualdades, para uns, inclusive pelo crescimento capitalista, para outros, por maior intervenção do Estado na economia.

No entanto, este período da redemocratização iniciado em 1985, apresentou crescimento econômico e social, embora lentos, e mudanças institucionais profundas. Por exemplo, mecanismos de controle das contas públicas, defesa da moeda, e controle da inflação. Expansão gigantesca, com capital privado no setor das comunicações e da informatização, e com o Brasil surgindo como potência mundial no setor da engenharia de grandes obras de infraestrutura, na exploração do petróleo em mares profundos. Iniciou-se nova fase do setor exportador, inclusive com a participação de grandes empresas privatizadas, que se tornam transnacionais, a Vale do Rio Doce, em primeiro lugar, fazendo o balanço comercial se tornar positivo. O Censo de 2000 mostrou uma taxa de urbanização acima dos 80%, crescimento da escolaridade, da expectativa de anos de vida. Todos estes fatos, por outro lado, arraigaram os sentimentos da população por liberdades democráticas e afirmação nacional.

Em 2002 foi eleito, pela primeira vez no Brasil, um presidente oriundo da classe popular e da classe operária, e apresentado por um partido fundado com a participação de lideranças vindas da esquerda. O

que se vem notando, desde então, é o equilíbrio político que resulta entre um discurso com tendências radicais anti-sistêmicas e a realidade de um país com quase 200 milhões de habitantes, um dos maiores PIB's do mundo, exercendo liderança na América do Sul, e almejando lugar no diálogo das grandes potências.

Este equilíbrio se expressa, de um lado, por manifestações reiteradas pelas liberdades democráticas, partidas da sociedade civil e endossados pelos poderes do Estado. Por novas aberturas ao capital privado e estrangeiro, por exemplo, no setor do resseguro, que movimenta 3 bilhões de dólares por ano. Pela manutenção de rígidos controles das contas públicas e da autonomia do Banco Central. De outro lado, amplia-se a atenção para as políticas compensatórias e voltadas para a maior inclusão de massas populacionais na sociedade formal. No plano político internacional, o Brasil tende a assumir posições mais independentes, ora acompanhando, como na esfera nuclear, ora divergindo de posições norte-americanas, mas procura se alinhar numa posição de 'nação responsável', não anti-sistêmica, acompanhando as grandes potências que integram a globalização. Neste começo de 2007, Lula vai a Davos, alto membro do seu ministério é quem vai a Nairobi.

Este processo brasileiro vai na direção da estruturação de entidades políticas identificadas com os continentes..Além de participar ativamente para a constituição de uma Comunidade de Nações da América do Sul, o Brasil reivindica representar o continente, como membro permanente de um Conselho de Segurança da ONU reformulado.

Este processo brasileiro transcorre numa América do Sul tomada, no entanto, por outros movimentos, diversos deles sendo-lhe contraditórios. Dimensões, graus de desenvolvimento, e mesmo localizações geográficas, diferenciadas, exercem papel em novas divergências surgidas.

Os balanços comerciais, favoráveis a um Brasil mais industrializado, são fatores de insatisfação no Mercosul, além de desentendimentos entre os menores, Uruguai e Paraguai com os maiores, o que inclui a Argentina. Os salários médios pagos no Brasil não se situam acima daqueles pagos nos outros países do cone sul, para que estes aparecessem como incentivos a maiores investimentos de capitais externos, inclusive brasileiros. Novas divergências aparecem quando novos membros se juntam ou pretendem se juntar ao Mercosul.

Depois de Cuba, a Venezuela, com seu alto cacife financeiro fundado no petróleo compete por uma liderança continental através de um discurso antiamericano e estatista. A Venezuela é um país de tamanho médio em área e população, não tendo atingido massas críticas em termos de uma burguesia nacional apoiada em seus capitais privados. Cerca de 70% do seu PIB é produzido pelo petróleo, 50% por sua empresa estatal. Países menos desenvolvidos, com menor proporção de classes médias, pensam recorrer aos modelos estatizantes e autoritários dos anos 30 para subir de patamar econômico e social. A Venezuela é bem menor que o Brasil, mas conta com o apoio de outros países menos desenvolvidos e de seus movimentos populistas para sua trilha de liderança. A questão dos 'fins que justificam os meios', para a instauração de regimes sem plenitude democrática, é o perigo dos 'meios se transformarem em fins'.

Bolívia e Equador aparecem junto à Venezuela tendendo à formação de um bloco político próprio na América do Sul. No caso destes países, a divisão histórica da população em estratos hispânicos e de imigrantes, de um lado, e de índios, do outro lado, tem o seu papel. Na medida em que o setor hispânico intermediou, por exemplo, a exploração mineral da Bolívia por empresas estrangeiras, as lutas por melhores condições do trabalho, pela ascensão social da população indígena, pela afirmação e desenvolvimento nacional, foram se superpondo e tomaram a direção do estatismo com retóricas anticapitalistas e anti-globalizantes.

Neste quadro de novos jogos políticos, uma terceira linha mostra países pequenos e médios se reaproximando dos Estados Unidos, de forma mais ousada no lado do Pacífico, por parte do Chile e Colômbia. Uma das razões é que estes países integram com os Estados Unidos o bloco econômico dos países da orla do Oceano Pacífico, que reúne países asiáticos, a Rússia, devido à Sibéria, países da Oceania e da América. A expansão econômica da orla do Pacífico é um dos aspectos relevantes da contemporaneidade.

Do lado atlântico, Uruguai e Paraguai se encontram em entendimentos por acordos bilaterais com os Estados Unidos. Formalmente, é proibido a membros do Mercosul participar de tratados bilaterais. Contudo, a expansão do Mercosul traz consigo outras tendências contraditórias, de modo que futuros desenvolvimentos são imprevisíveis. Segundo Chavez, o Mercosul deve ampliar o seu significado político, enquanto a Venezuela participa de um mega projeto que abastecerá, por dutos, toda a parte leste do continente em gás e petróleo.

Chavez rompeu com o Pacto Andino para aderir ao Mercosul. Procura atrair a Nicarágua de Daniel Ortega, também cortejada pelos Estados Unidos, com ajuda anual de cerca de 200 milhões de dólares. Para Clovis Brigagão, estaria tentando montar um eixo Cuba, Nicarágua, Venezuela, Bolívia, com tendência a confrontar o Brasil, que lidera o G-20, em questões tratadas na ONU, inclusive na dos direitos humanos (Brigagão, 2007). Se o Brasil lidera o G-20, a Venezuela se aproxima do Irã.

Aparentemente, os Estados Unidos, muito envolvidos na Mega Ilha Eurásia/África, consideram os movimentos de Chavez, que continua lhes suprindo com petróleo, como um desafio menor, deixado para o Brasil, tido como um parceiro na manutenção do equilíbrio mundial. Afinal foram eles que abandonaram abertamente a doutrina Monroe, de certa forma dando as costas para a América do Sul, principalmente a do lado

atlântico. Como não aceitar que o Brasil, mais desenvolvido, não busque suas próprias incursões pelo mundo?

Concluindo, a geopolítica mundial aponta para uma tendência de formação de entidades em escala continental. União Européia e NAFTA cobrem dois continentes. A África é muito pouco desenvolvida e integrada, existem apenas tendências de natureza política para o entendimento entre os seus países. A Ásia é ainda muito grande e dividida por enormes diferenças de nível econômico e de natureza étnica, para entrar em tal processo. Lá, atualmente, apenas se organizam enormes blocos regionais. A América do Sul passa por um processo que, contraditoriamente, contém as tendências históricas da formação de uma unidade continental, e formas renovadas de competições internas que lembram os tempos dos caudilhos. Em certos momentos, Kirchner, Lula, Morales, Chavez, parecem cavalheiros querendo conquistar esta figura feminina e sensual que é a América do Sul.

A questão séria é até que ponto a competição de poder pode afetar as estruturas democráticas das nações, contribuir para contaminações reacionárias vindas de fora, como a do fundamentalismo iraniano envolvido em corrida hegemônica, afetando um processo de integração do continente seguindo suas relações históricas com os ideais do iluminismo e de seus desdobramentos em correntes contemporâneas. .

Citações

Brigagão, Clovis, 2007, citado em Merval Pereira, Saco de Gatos, O *Globo*, de 19/01/07.

Conrad, Peter, 1980, *Imagining America*, New York, Oxford, Oxford University Press.

Giddens, Anthony, 2000, *A terceira via*, Rio de Janeiro, Editora Record. A edição inglesa, *The Third Way*, é de 1998.

Kalecki, Michal, 1976, Teoria da Dinâmica Econômica, *Os Pensadores*.

- Vol. XLVII, São Paulo, Abril SA. Cultural e Industrial. Tradução de *Theory of Economic Dynamics*, de 1954.
- Matustik, Martin J, 1933, *Post National Identity, Critical Theory and Existential Philosophy in Habermas, Kierkegaard, and Havel*, New York, London, The Guilford Press.
- Oliveira, Francisco, 2003, *Crítica à razão dualista / O ornitorrinco*, São Paulo, Boitempo Editorial.
- Pinheiro Guimarães, Samuel, 2005, *Desafios Brasileiros na Era dos Gigantes*, Rio de Janeiro, contraponto. .
- Prado Júnior, Caio, 1953, *Evolução Política do Brasil e outros Estudos*, São Paulo, Editora Brasiliense.
- 1956, *História Econômica do Brasil*, 4ª ed. São Paulo, Editora Brasiliense.
- Santos, Luis Cláudio Villafane G, 2003, *O Brasil entre a América e a Europa*, São Paulo, Editora UNESP.
- Scott, Allan, J, 1998, *Regions And the World Economy, The Coming Shape Of Global Production, Competition And Political Power*, Oxford, Oxford University Press.
- Zemin, Jiang, 2002, *Reforma e construção da China*, Rio de Janeiro, Editora Record.